

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Farta distribuição de sacrifícios

Nenhum brasileiro sensato está esperando, hoje, um plano que prometa o controle da inflação e a completa reorganização da economia brasileira sem que ninguém seja sacrificado. Está prestes a terminar, felizmente, o governo que, em três oportunidades, ofereceu à população a miragem do paraíso na terra — uma inflação suíça e um crescimento japonês — sem nenhum custo para ninguém e, como era inevitável, fracassou três vezes. Essas experiências ensinaram, a quem ainda precisava e queria aprender, que um ajuste sério, como o exigido pela crise atual, imporá sacrifícios.

Ao contrário do que sempre fez o governo que está terminando, e fizeram outros governos, a equipe do futuro presidente Fernando Collor de Mello não esconde que as mudanças a serem introduzidas na economia brasileira a partir de 15 de março atingirão a todos. “Todos os setores da economia brasileira deverão se ajustar porque nós estamos propondo reformas profundas e que (...) marcarão uma nova era. Vamos ter uma farta distribuição de sacrifícios, mesmo”, advertiu a futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Essa nova linguagem atende à expectativa da maioria do eleitorado, que, ao votar em Collor de Mello, votou nas mudanças em relação aos métodos e às práticas do passado, que trouxeram o país para a situação em que ele se encontra hoje. Mas, além das mudanças qualitativas do programa econômico de Collor de Mello, destinado a transformar e modernizar a economia brasileira, integrando-a competitivamente no cenário mundial, outras diferenças marcarão o futuro governo em relação ao atual e seus antecessores.

No caso da dívida externa, por exemplo, em todas as negociações com o FMI o governo brasileiro aceitou a fixação de determinadas metas, para depois adaptar seus programas a essas metas. O governo

Collor, como anunciou sua futura ministra da Economia, já tem um plano definido e, pelo menos em suas linhas gerais, aprovado pelos eleitores; e a negociação da dívida será condicionada a esse programa.

No plano interno, o governo Collor tentará fazer a desindexação da economia, medida tentada sem sucesso nos três planos heterodoxos do governo Sarney. Desta vez, ao contrário das tentativas anteriores, a causa estrutural da inflação, que é a falência do Estado, será previamente atacada. Foi a ausência de medidas destinadas a combater frontalmente o déficit do setor público que levou ao fracasso os Planos Cruzados, Bresser e Verão. Agora, inverte-se a ordem: primeiro atacam-se as causas; depois, combatem-se os efeitos (preços e salários), não por meio de congelamento ou tabelamento, mas pela desindexação. Começa-se pelo começo.

Nas três tentativas anteriores, como costuma comparar o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, aplicou-se a anestesia (o congelamento), mas não se realizou a cirurgia (a eliminação do déficit público). Agora, a cirurgia será feita antes, a frio, doa a quem doer. Eliminada a raiz estrutural da inflação, que se infiltrou profundamente no setor público, será necessário romper o mecanismo da indexação, que, se ajudou a evitar a completa desarticulação da economia, hoje impede que a inflação caia.

É compreensível que muitos comecem a manifestar preocupação. Qual será a cota de sacrifício de cada um? Abandonadas as falsas esperanças criadas pelas alquimias heterodoxas, voltamos ao remédio clássico que sempre funcionou contra o mal inflacionário. O sacrifício dependerá da dosagem do medicamento. Que a futura ministra o aplique na medida correta e, para isso, desejamos-lhe, como fez o presidente eleito ao anunciar seu nome: “Sucesso, professora. E que Deus nos ajude”.